



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 – Plenário

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/11/2015

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Professor Neivaldo (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o tema "Memórias da escravidão negra no Brasil", apreciar a matéria constante da pauta e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cleide Hilda de Lima Souza, subsecretária da Igualdade Racial, representando o secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Nivia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Dulce Maria Pereira, coordenadora de Relações Internacionais do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto; Yone Maria Gonzaga, superintendente de Políticas Afirmativas e Articulação Institucional da Subsecretaria da Igualdade Racial; Andréia de Jesus Silva, advogada da Rede Coletivo Margarida Alves; Luciana da Cruz Neves, moradora da ocupação Dandara e militante do Círculo de Questões Raciais das Brigadas Populares, e Beatriz Bento Souza, integrante da Comissão Estadual da Verdade sobre a Escravidão Negra e do Trabalho Escravo da OAB-MG; e os Srs. Gilberto da Silva Pereira, secretário-geral da Comissão Estadual da Verdade sobre a Escravidão Negra e do Trabalho Escravo da OAB-MG, representando o presidente dessa comissão e o presidente da OAB-MG; e Helio Carlos de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Pouso Alegre, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Neivaldo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.026/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:



nº 4.525/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a regularização da propriedade e do fornecimento de água aos moradores do Residencial Pedro Lessa, na Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte;

nº 4.526/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil as notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária da comissão e pedido de providências para apuração das denúncias apresentadas na ocasião pelo Sr. João Batista Soares;

nº 4.527/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao controlador-geral do Estado, ao ouvidor-geral do Estado e ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre a apuração de denúncias de atos de improbidade administrativa apresentadas aos órgãos estaduais de controle interno pelo Sr. João Batista Soares;

nº 4.528/2015, dos deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais, tendo em vista o importante papel dessa categoria social nos processos políticos que resultaram na queda da ditadura militar no Brasil, bem como na defesa dos direitos humanos;

nº 4.529/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para apuração de denúncia de violações de direitos humanos que teriam sido praticadas pela direção do presídio de Alfenas, entre elas falta de água para os detentos, transferências sem motivo aparente, ameaças e péssimas condições para visitas de familiares.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Professor Neivaldo – Doutor Jean Freire.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/11/2015

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Glaycon Franco e Tony Carlos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tony Carlos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.535/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a distribuição e venda de gás liquefeito de petróleo e as condições de segurança para seu uso;

nº 4.536/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com a presença de convidados, para a apresentação do plano de operação da empresa Flyways Linhas Aéreas em Minas Gerais;

nº 4.537/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, com a presença de convidados, para a apresentação do plano de operação da empresa Flyways Linhas Aéreas em Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.



Bosco, presidente – Dilzon Melo – Carlos Pimenta.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/11/2015

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Iran Barbosa e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o fechamento do setor de emergência do Hospital Municipal Odilon Behrens, em Belo Horizonte. Comunica também o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 21/11/2015: ofícios das Sras. Maria Thereza Rodrigues da Cunha (2), chefe de gabinete da Secretaria de Saúde; e Josely Ramos Pontes, promotora de justiça. O presidente acusa o recebimento, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.581/2015, cuja relatoria avocou a si. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Paula Martins, superintendente do Hospital Municipal Odilon Behrens; Amélia Maria Fernandes Pessôa, presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; Ângela de Assis Maria Moura, diretora da Área de Saúde do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte, representando o presidente dessa entidade; Marília Maia Coutinho, representante da Comissão de Mulheres da Fhemig e Ipsemg; e Maria Lúcia Silva e Sales, diretora de Apoio Assistencial do Hospital Municipal Odilon Bherens; e os Srs. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, secretário de Saúde de Belo Horizonte; Wilton Rodrigues, presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Rafael Afonso da Silva, presidente do Conselho Distrital de Saúde Noroeste; Leonardo Carvalho da Paixão, médico do Hospital Municipal Odilon Behrens, e Gilson Reis, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Iran Barbosa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O presidente recebe o Relatório nº 4.066-184/2015, do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, que realizou visita técnica ao Hospital Municipal Odilon Behrens em 9/6/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/11/2015

Às 16h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Arlen Santiago, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o não recebimento pelo Conselho Estadual de Saúde da programação anual de 2016, conforme determina a Lei Complementar nº 141, de 2012, antes do envio a esta Assembleia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Poliana Cardoso Lopes Santos, assessora de Planejamento da Secretaria de Saúde, representando o titular dessa pasta; e Mariana Cristina Pereira dos Santos, assessora de Políticas Públicas da Secretaria de Saúde; e os Srs. Ricardo Lopes Martins, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto, representando o secretário de Planejamento e Gestão; Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde, e Leandro César Pereira, superintendente de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates,



segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Glaycon Franco – Ricardo Faria.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado, referentes ao segundo quadrimestre de 2015; e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ricardo Lopes Martins, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto, representando o secretário de Planejamento e Gestão, e Leandro César Pereira, superintendente central de Planejamento e Programação Orçamentária, da Secretaria de Planejamento e Gestão, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 4.544/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada reunião, com convidados, para debater os critérios adotados pelo Tribunal de Contas para avaliação das contas públicas do Estado e dos municípios.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Rogério Correia – Tito Torres – Isauro Calais.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Geraldo Pimenta, Douglas Melo (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apresentar e debater o relatório técnico da pesquisa “Identificação, mensuração e análise dos acidentes, doenças e mortes no setor mineral”, realizada pela Fundação Jorge Duprat e Figueiredo – Fundacentro – e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.545/2015, dos deputados Celinho do Sinttrocel e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a pauta de reivindicações dos professores da Unimontes, tendo em vista o movimento grevista da categoria;

nº 4.546/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a pauta de reivindicações dos trabalhadores da Cemig, tendo em vista o movimento grevista da categoria.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Marta de Freitas, diretora de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Saúde, e os Srs. José Maria Soares, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais; José Reginaldo Inácio, diretor da Secretaria de Educação da CNTI; Ubirajara Alves de Freitas, superintendente regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Mário Parreiras da Silva, auditor fiscal do mesmo ministério; Rafael Ribeiro de Ávila, diretor do Sindicato Metabase Inconfidentes, e Celso Amorim Salim, sociólogo da Fundacentro, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Noraldino Júnior – Dilzon Melo – Cristina Correia – Carlos Pimenta.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão, Gustavo Corrêa, Doutor Jean Freire, Wander Borges, Glaycon Franco (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), Douglas Melo (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Ione Pinheiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.505 a 4.518 e 4.520 a 4.524/2015.

São recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.547/2015, dos deputados Agostinho Patrus Filho, João Magalhães, Bonifácio Mourão, Rogério Correia, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares, Thiago Cota, Celinho do Sinttrocel, Cássio Soares e Gil Pereira e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada visita à Mina Mar Azul, da empresa Vale, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, do Município de Nova Lima;

nº 4.548/2015, dos deputados Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão, João Magalhães, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Gil Pereira, Rogério Correia e Thiago Cota e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater os impactos do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco, no Município de Mariana, em relação aos atingidos a jusante do empreendimento;

nº 4.549/2015, dos deputados Agostinho Patrus Filho, João Magalhães, Celinho do Sinttrocel, Cássio Soares, Rogério Correia, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Thiago Cota, Gil Pereira e Bonifácio Mourão e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater as consequências do rompimento da barragem de rejeitos da empresa Samarco, no Município de Mariana;



nº 4.550/2015, dos deputados Agostinho Patrus Filho, Celinho do Sinttrocel, Cássio Soares, Bonifácio Mourão, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Rogério Correia, Gil Pereira, Thiago Cota e João Magalhães e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater a situação do empreendimento da Samarco, no Município de Mariana, bem como a regularidade do licenciamento ambiental, a fiscalização e as consequências legais, ambientais e humanas do rompimento da Barragem de Fundão;

nº 4.551/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Segurança Pública para debater a tragédia causada pelo rompimento de barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em Mariana, especialmente no que se refere ao acompanhamento das providências já tomadas pelos bombeiros militares do Estado e pelos integrantes da Defesa Civil e do Exército na busca de soluções quanto ao impacto ambiental, ao apoio aos atingidos, à identificação das vítimas e dos desaparecidos e ao apoio às famílias;

nº 4.556/2015, dos deputados Gustavo Corrêa, Bonifácio Mourão e Glaycon Franco e das deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para que a Sra. Beatriz Cerqueira, coordenadora geral do Sind-UTE, preste esclarecimentos sobre as acusações feitas à comissão e a seus membros em artigo por ela publicado no sítio Brasil 247, em 21/11/2015;

nº 4.558/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Governador Valadares pedido de informações sobre a veracidade de mensagem eletrônica supostamente assinada pelo Sr. Jaider Batista da Silva, secretário municipal de Educação, na qual proíbe a distribuição de água mineral às escolas do município.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.559/2015, dos deputados Doutor Jean Freire, Glaycon Franco, Agostinho Patrus Filho, Bonifácio Mourão, Gustavo Corrêa, Wander Borges e Sargento Rodrigues e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater as consequências do rompimento da Barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração, no Município de Mariana, para a saúde pública nas comunidades atingidas e as providências relativas ao problema;

nº 4.560/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para criação de uma força-tarefa com profissionais de saúde para atender a população dos distritos do Município de Mariana e dos demais municípios atingidos pelo rompimento da barragem administrada pela empresa Samarco Mineração, tendo em vista os relatos de perturbação psicológica e as doenças de veiculação hídrica que possam vir a ocorrer em virtude dessa tragédia;

nº 4.561/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público, pedido de providências para que seja exigida da empresa Samarco Mineração a construção de barreira física isolando os locais onde há lama para evitar o acesso de animais e o conseqüente atolamento; e que sejam retirados os animais de Barra Longa, Gesteiras e demais localidades diretamente prejudicadas pelos rejeitos oriundos do rompimento da Barragem de Fundão;

nº 4.562/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna, do Ministério Público, pedido de providências para que a retirada de animais seja inserida nos planos de evacuação existentes para as comunidades situadas em localidades sujeitas ao risco de rompimento de barragens;

nº 4.563/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Valadares e à Promotoria de Justiça da Bacia do Rio Doce pedido de providências com vistas à constituição de equipe governamental para analisar os termos do ajuste com a empresa Samarco Mineração, tendo em vista a indenização pelo desastre das barragens do Município de Mariana, com a inclusão dos seguintes assuntos na pauta de discussão: elaboração de plano de recuperação do Rio Doce; projetos e construção de nova captação



dos Rios Suaçuí Pequeno e Suaçuí Grande, no Município de Governador Valadares; e instalação de laboratório para análise de metais pesados na água nesse município;

nº 4.564/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado ao Ibama pedido de providências para que seja estudada a necessidade de proibição da pesca no Rio Doce, por um tempo determinado, até que os órgãos competentes assegurem a recuperação de sua fauna e flora, evitando também o risco à saúde dos consumidores pela ingestão de peixes contaminados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se no dia 1º/12/2015, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Celise Laviola – Celinho do Sinttrocel – Rogério Correia – Inácio Franco.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Lafayette de Andrada, Bosco e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os impactos do aumento de impostos recentemente aprovado por esta Casa e dos aumentos efetivados por decreto do governador do Estado no setor comercial, empresarial e industrial da Zona da Mata; e a discutir e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.346/2015, em turno único, para cuja relatoria designou o deputado Roberto Andrade. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Alberto Vizzotto, subsecretário da Receita Estadual, representando o secretário de Fazenda; Daniel Teodoro Gomes, assessor do gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão, representando o titular dessa pasta; Rogério Bellini dos Santos, secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando o secretário de Desenvolvimento Econômico; Francisco José Campolina Martins Nogueira, presidente da Regional Zona da Mata da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, representando o presidente dessa entidade; Emílio César Ribeiro Parolini, presidente da Federação das Associações Comerciais de Minas Gerais – Federaminas; Heveraldo Lima de Castro, vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora, representando o presidente dessa entidade; Marcelo Hipólito Rodrigues, superintendente de Tributação da Subsecretaria da Receita Estadual; Fernando Barbosa Benício de Abreu, superintendente de Integração da Federaminas; Leomar Pereira Delgado, presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora; Élcio de Assis Fonseca, assessor técnico da Fiemg; André Nascimento Corrêa de Mello, empresário do ramo de informática de Juiz de Fora; William Rosignoli, presidente da Associação Comercial e Industrial de Ubá, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Lafayette de Andrada, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Fábio Avelar de Oliveira.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião. A presidência informa que a reunião se destina a debater as medidas já tomadas e as ainda necessárias para a redução das perdas no sistema de abastecimento de água e a situação atual de demanda hídrica e do serviço prestado nos municípios atendidos pelas empresas Copasa e Copanor, bem como a esclarecer suposta prática de rodízio velado na manutenção do referido sistema. A presidência decide encerrar a reunião sem ouvir os convidados, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2015.

Iran Barbosa, presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/11/2015

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Leandro Genaro e Duarte Bechir (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Durate Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença da deputada Ione Pinheiro, e retira-se o deputado Duarte Bechir. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Denise de Stefani Max, vereadora da Câmara Municipal de Uberaba (19/11/2015), e do Sr. Nivaldo da Silva, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária (21/11/2015). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.552/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja formulado voto de congratulações com as seguintes entidades mineiras de proteção animal: Associação Brigada Planetária em Defesa do Meio Ambiente, Associação Cão Viver, Associação Sabarense Protetora de Animais e da Natureza, Instituto Vivendi, Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais, ONG Anjos da Guarda, Projeto Proteger, Sociedade Protetora dos Animais Vida Animal, Projeto Adoto Sim e ONG Asas e Amigos da Serra;

nº 4.553/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada audiência pública para entrega de diplomas referentes a voto de congratulações com entidades mineiras de proteção animal;

nº 4.554/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária das Barragens ao Município de Mariana e a comunidades vizinhas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, para verificar a situação dos animais que ali permanecem;

nº 4.555/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público pedido de providências para que exija da Samarco a retirada dos animais de Barra Longa, Gesteiras e demais localidades diretamente prejudicadas pelos rejeitos oriundos do rompimento da Barragem de Fundão; e a construção de barreira física para contenção desses animais;

nº 4.557/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público pedido de providências para que a retirada de animais seja inserida nos planos de evacuação para comunidades situadas em locais sujeitos ao risco de rompimento de barragens.



A seguir, são aprovados relatórios das seguintes visitas, realizadas nas datas mencionadas entre parênteses: Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Cajuru (9/9/2015) e canis do Município de Ubá e da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Viçosa (18/9/2015), os quais são publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Leandro Genaro.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais

Local visitado: Delegacia de Polícia Civil de Carmo de Cajuru

Apresentação

Atendendo-se ao Requerimento de Comissão nº 3.367/2015, foi realizada visita ao Município de Carmo do Cajuru, em 9/9/2015, para averiguar denúncia de crime ambiental – a agressão de uma cadela a pauladas e pedradas – que teria ocorrido nesse município.

Participaram da visita o deputado Noraldino Júnior, presidente da comissão e autor do requerimento que deu origem à visita, e equipe da Casa, com a cobertura da TV Assembleia.

Relato

Para bem compreender as denúncias e contribuir para a busca de soluções, o deputado Noraldino Júnior se dirigiu à Delegacia de Polícia Civil de Carmo do Cajuru, onde foi recebido pelo delegado Domingos Sávio Calixto.

Estiveram também presentes no local o vereador Anderson, da Câmara desse município, e o protetor Cássio da Cunha, ambos integrantes do grupo Amigos Protetores de Animais de Carmo do Cajuru.

O promotor Felipe de Leon Bellezia de Salles, da Promotoria de Justiça Única de Carmo do Cajuru, justificou sua ausência pelo fato de ter outro compromisso agendado.

De acordo com o empresário Cássio da Cunha, que resgatou o animal, o agressor teria cometido os maus-tratos contra a cadela sob a alegação de que ela estaria matando seus frangos. Ele explicou à comissão que foram usados paus e pedras e que a cadela estava visivelmente prenhe. Uma vez socorrido, o animal foi levado para uma cirurgia de parto de emergência, mas os filhotes não resistiram. Além disso, as agressões fizeram com que o animal perdesse um dos olhos, além de ficar com dificuldade de locomoção. O empresário disse ainda que registrou um boletim de ocorrência e que gastou cerca de R\$2.500,00 com a internação e o tratamento da cadela.

O deputado cobrou do delegado a instauração de inquérito policial contra o agressor, com base na Lei Federal nº 9.605, de 1998, que prevê sanções penais e administrativas para aqueles que cometam crimes ambientais.

O delegado disse que conta com apenas um detetive, mas prometeu celeridade na apuração. Sugeriu aos protetores presentes a criação de uma associação de proteção animal na cidade. Destacou a necessidade da elaboração de leis específicas sobre o crime de maus-tratos aos animais e lamentou o fato de não haver campanhas educacionais que visem a criar maior conscientização sobre o respeito aos animais.

O deputado se prontificou a enviar modelos de estatuto para criação de organização não governamental. Indignado com o ocorrido, disse que espera que a Polícia Civil investigue com rigor o caso e solicitou ao Ministério Público a adoção de medida exemplar para que a sociedade entenda a gravidade do crime de maus-tratos contra animais e que se coíba esse crime. Salientou ainda que a comissão tem se empenhado na criação de políticas públicas e de leis que acabem com os maus-tratos aos animais.

Conclusão

O delegado prometeu rigor e celeridade na apuração, afirmando que até o dia 11/9/2015 o inquérito será entregue ao fórum municipal.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Leandro Genaro.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais

Locais visitados: Ubá e Viçosa

Apresentação

A requerimento do deputado Noraldino Júnior, a comissão visitou, em 18/9/2015, o Município de Ubá, para averiguar denúncias de condições precárias do canil municipal, e o Município de Viçosa, para verificar a situação dos animais de rua e do canil da Universidade Federal desse município.

Participaram das visitas os deputados Noraldino Júnior e Roberto Andrade e equipe da Casa, com a cobertura da TV Assembleia.

Relato

A visita ao canil municipal de Ubá foi acompanhada pelo prefeito desse município, Sr. Vadinho Baião; pelo secretário municipal de Saúde, Sr. Cláudio Ponsiano; pela gerente de Assistência de Vigilância de Saúde, Sra. Sandra Regina da Silva Killesse; pelo vereador Rafael Faria, pela veterinária Simone, que trabalha no canil, e por uma representante da ONG Amigos dos Animais de Ubá.

Estima-se que Ubá possua em torno de 15 mil cães, sendo que cerca de 4 mil estão nas ruas. No momento da visita, encontravam-se 123 cães adultos e 29 filhotes no canil.

No local, os representantes da prefeitura informaram que, por exigência anterior do Ministério Público, a prefeitura chegou a firmar com esse órgão um termo de ajustamento de conduta – TAC –, no qual se comprometeu a promover melhorias de infraestrutura, treinar adequadamente os funcionários e implantar uma política pública de controle populacional de cães. A pedido do Ministério Público, o canil já foi visitado duas vezes pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. Segundo a gerente Sandra Regina, a entidade pediu que sejam feitas, principalmente, adequações estruturais no espaço, como a cimentação de paredes e pisos, ainda não concluída. No entanto, por deficiência das instalações, não foi liberada a realização de castração no local.

De acordo com a veterinária, os animais do canil não são castrados, e fêmeas e machos dividem espaços comuns. Quando entram no cio, ela tenta separá-los, mas há o risco de procriação indesejada. Ela relatou ainda que já aconteceu de encontrarem animais mortos no canil pela manhã, devido a brigas entre eles. O canil não possui vigilância noturna, e os funcionários vão embora às 15 horas.

O deputado Noraldino Júnior mostrou-se preocupado com as condições precárias do canil, localizado na área rural do município. Segundo ele, o simples recolhimento de animais em canis não é a melhor forma de acolhê-los, pois esses locais são depósitos ou prisões, sem a dimensão do cuidado e de serem locais de passagem, para acolhimento e tratamento de animais idosos, doentes ou acidentados, ou de abrigo para aqueles para os quais não se consegue adoção. Para ele, os canis não solucionam o problema da superpopulação, que só aumenta, uma vez que os animais não param de procriar e outros animais ocupam o espaço deixado pelos animais recolhidos. Ele salientou a importância da implantação de uma política de manejo populacional ético – medida recomendada inclusive pela Organização Mundial de Saúde – OMS – como única forma de combater a proliferação descontrolada de animais –, associada a uma campanha educativa sobre a guarda responsável de



animais, bem como a medidas normativas e de fiscalização da prefeitura para coibir os criadouros clandestinos e detectar as “fábricas de filhotes” que se encontram nas residências. Para o deputado, o controle populacional dos animais traz reflexos positivos nas áreas de saúde pública e ambiental, além de demonstrar a preocupação ética do município em relação aos animais.

Ele citou uma experiência que está dando bons resultados, a do Município de Juiz de Fora, onde o antigo canil municipal passou a ser um abrigo frequentado pela população e por entidades de proteção. Outra medida adotada nesse município foi o estabelecimento de convênios com entidades e clínicas para a esterilização cirúrgica dos animais recolhidos, medida que reduz os custos com infraestrutura, operacionalização e manutenção de canis.

Diante das manifestações dos presentes, o prefeito, que reconheceu as deficiências, manifestou-se favoravelmente ao estabelecimento de convênios, que serão assinados com ONGs e veterinários, para repasse de recursos e execução de castrações.

A seguir, a comissão se dirigiu para o Município de Viçosa, onde se reuniu, no câmpus da Universidade Federal de Viçosa – UFV –, com membros do Departamento de Veterinária, o prefeito, a presidente da Câmara Municipal e a Sociedade Viçosense de Proteção aos Animais – Sovipa.

Na UFV, há um canil que foi recentemente revitalizado e abriga 23 cães. Estima-se que nas ruas do município vivam em torno de 5 mil cães.

A professora Emily Correia Carlo Reis ressaltou que, ao assumirem o canil, há apenas três meses, o local era um depósito de cães, sem condições de funcionamento. Fez-se uma mudança completa na estrutura, viabilizaram-se testes de leishmaniose e leptospirose, e vacinaram-se todos os animais.

Os representantes da proteção dos animais e os membros do Departamento de Veterinária da UFV não chegaram a um acordo quanto ao uso de animais para experimentos científicos na instituição.

O chefe do departamento, José Domingos Guimarães, afirmou que a instituição trabalha pelo bem-estar dos animais, mas preocupa-se com a saúde do ser humano. Segundo ele, está em elaboração um plano para que os animais irrecuperáveis possam ser usados em pesquisas pela instituição. Representantes da Sovipa manifestaram-se contrariamente ao uso de animais em experimentos.

O presidente da comissão, deputado Noraldino Júnior, ponderou que a sociedade não aceita mais experiências com animais. Acrescentou ser necessário um avanço da ciência para que as pesquisas sejam feitas de outras formas, com experimentação técnica.

Mas o tema que dominou a reunião foi o grande número de cães de rua, inclusive dentro da UFV. Os representantes da Sovipa expuseram o trabalho educacional que estão desenvolvendo nas escolas, ressaltaram a importância da construção de um canil para 200 a 300 cães e a urgência na operacionalização do castra-móvel.

O deputado Noraldino Júnior ressaltou a importância do estabelecimento de uma política de controle populacional ético; citou experiências bem-sucedidas como a da cidade de Santos (SP); sugeriu que se tomem medidas complementares para o enfrentamento da questão, como os mutirões de castração, a utilização de unidades móveis de castração e a celebração de convênios com clínicas e universidades, bem como a implantação de centros de castração e atendimento, a exemplo dos que existem nos hospitais públicos de São Paulo e estão sob a gestão da Anclivepa. O deputado Roberto Andrade também ressaltou a importância da parceria do poder público com o terceiro setor e com as universidades do município para o enfrentamento da questão.

O prefeito Ângelo se dispôs a repassar recursos para a Sovipa e propôs a união de esforços entre a prefeitura, a Sovipa, a UFV, a Univiçosa e os demais municípios da microrregião. Pediu ainda a aprovação de emendas ao orçamento do Estado destinando recursos para a Sovipa.

Conclusão

A visita da comissão constatou a necessidade premente da implantação, em ambos os municípios, de uma política de manejo populacional ético de animais domésticos, tendo em vista o elevado número de animais abandonados nas ruas e até mesmo dentro da Universidade Federal de Viçosa.

Em Viçosa, não se chegou a um consenso sobre a forma de se efetivarem as castrações, se mediante convênio com clínicas particulares ou com a universidade. Não obstante, a comissão considera importante o estímulo e o apoio à participação da sociedade civil para a solução do problema da superpopulação de cães no município e o oferecimento, pela prefeitura, de condições para que os animais sejam castrados.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Roberto Andrade – Ione Pinheiro – Leandro Genaro.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/11/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Nozinho e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir o aumento da criminalidade e violência no Município de João Monlevade. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Teófilo Faustino Miranda Torres Duarte, prefeito de João Monlevade; Djalma Augusto Gomes Bastos, presidente da Câmara Municipal de João Monlevade; Guilherme Nasser Silvério, vereador dessa câmara; Maj. PM Jayme Alves da Silva, comandante da 17ª Cia. Independente de Polícia Militar; Bernardo de Barros Machado, delegado regional de Polícia Civil de João Monlevade; André Estevão Ubaldino Pereira, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate ao Crime Organizado e de Investigação Criminal; Rodrigo Fraga, promotor de justiça da Comarca de João Monlevade, representando a Sra. Ana Lúcia d'Agosto Oliveira, promotora de justiça da mesma comarca; Fabiano Dutra da Silva, diretor do Presídio de João Monlevade, e Antônio Fiuza, diretor de Integração da Gestão, da Secretaria de Defesa Social, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Tito Torres, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – João Alberto.

ATA DA 10ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/11/2015

Às 11h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG) e João Alberto (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e o deputado Duarte Bechir, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições das comissões. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 3.027 e 3.039/2015, em turno único, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª



Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a distribuição em avulsos do parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.027/2015 com a Emenda nº 5; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4; e do parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.039/2015 com as Emendas nºs 2 e 11 a 19 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10; e pela rejeição das Emendas nºs 7 a 9 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Celinho do Sinttrocel – Fábio Cherem – João Alberto – Durval Ângelo.

ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/11/2015

Às 18h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Celinho do Sinttrocel, Durval Ângelo, João Alberto (os três últimos substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia, Arnaldo Silva e Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM) e Fábio Cherem (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.027/2015 com a Emenda nº 5; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4; e o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.039/2015 com as Emendas nºs 2 e 11 a 19 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1, 3 a 6 e 10; e pela rejeição das Emendas nºs 7 a 9 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião conjunta a realizar-se no dia 1º/12/2015, às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Cássio Soares – Ricardo Faria.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/12/2015

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e João Alberto (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.101/2015 (relator: deputado Inácio Franco), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.187, 1.527, 1.988 e 2.912/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Inácio Franco – Antônio Carlos Arantes.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Solene da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião solene da Assembleia para as 18 horas do dia 1º de fevereiro de 2016, destinada à instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura.

Palácio da Inconfidência, 29 de janeiro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/1/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 1/2/2016, Maria de Fátima Rivetti Lo-Buono Costa, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

nomeando Flávia Consuelo de Castro, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antônio Jorge.